

**AS MULHERES QUEREM POUPAR:  
ações, contas correntes e o Banco do Sul de Minas**

Rafaela Carvalho Pinheiro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP  
E-mail: rafaelarscarvalho@usp.br

Luciana Suarez Lopes

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Departamento de Economia da FEA/USP e do  
Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP  
E-mail: lplopes@usp.br

**Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a situação das mulheres no que respeita à vida financeira na década de 1930, de acordo com a posse feminina de ações e contas correntes no Banco do Sul de Minas, com sede na cidade de Varginha. Para tanto, nos utilizamos da documentação de falência do referido banco, disponível, na época do levantamento de dados, no Arquivo do Fórum Municipal de Varginha.

**Introdução**

A participação das mulheres na vida pública foi limitada desde os primórdios da colonização brasileira. A mulher, claramente vista como inferior ao homem, por isso a ele obediente, era transferida da autoridade do pai para a do marido, e libertada deste apenas em caso de ausência ou falecimento do cônjuge. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica regulamentava o modo de vida dos indivíduos, atribuindo à mulher o papel de mãe e esposa, e, conseqüentemente, defendendo que “o marido é a cabeça da mulher, e os membros devem acomodar-se com o mal da cabeça, se o há” (SILVA, 1984, p. 158).

Dessa forma, a imagem da mulher “direita”, “recatada” e de “bons costumes” passava necessariamente pela devoção – e reclusão – dela ao lar, educada desde menina para submeter-se ao marido e à Igreja. Assim, o preceito da segregação sexual no Brasil ainda colônia, legado da tradição ibérica e legitimado pela Igreja, constituiu a identidade feminina, fazendo da mulher “um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita

participação cultural” (SAFFIOTI, 1976, p. 102). Portanto, nada mais natural que a tradição, criada pelos costumes e leis, ausência de vida social e falta de instrução, encerrasse a mulher no cárcere da vida doméstica e do lar.

Contudo, a estrutura social que imperou no século XIX estava em transformação, e com ela o modo de organização dos municípios. Várias cidades expandiram seus centros urbanos e não apenas as capitais, mas também algumas localidades como o Sul de Minas, conseguiram se modernizar. Ao passo dessa modernização, desde a segunda metade do século XIX, o crédito passou a assumir importante papel no desenvolvimento econômico nacional, proporcionado pela abolição do tráfico negreiro em 1850. A partir de então, houve um movimento de realocação dos capitais empregados nesse empreendimento, aumentando as transações financeiras e monetárias como aquisições de ações de companhias e títulos da dívida pública (MARCONDES, 2002, p. 147-148).

No contexto da transição brasileira, a modernização causou uma relação dialética com o mercado de crédito, na qual as transformações econômicas provocavam o desenvolvimento do capital, enquanto este por sua vez produzia as transformações. O capital voltado para a produção assumiu também características próprias, se efetivando notadamente no campo, com uma agricultura diversificada e com o café que despontava nos centros mais dinâmicos. O capital industrial se dinamizou sobretudo em São Paulo, numa junção bem-sucedida entre o desenvolvimento da indústria, o crescimento comercial e a expansão agrária.

Tal processo imprimiu uma desvantagem à condição feminina: a tradicional subvalorização das capacidades das mulheres causou uma progressiva marginalização delas a despeito das funções produtivas (SAFFIOTI, 1976, p. 66). De fato, o Código Civil Brasileiro de 1916 determinava que, “enquanto subsistir a sociedade conjugal”, as mulheres casadas, “são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de o exercer” (BRASIL, 2018), revogada somente em 1962. Em 1940, apenas 19% da população feminina era economicamente ativa, contra 81% dos homens (IBGE, 1990).

Infelizmente, não dispomos de dados de outros bancos a fim de comparar a participação feminina em outras instituições de crédito. Porém, acreditamos que este estudo de caso lança luz sobre a presença das mulheres na vida pública, sobretudo na financeira, por mais que a sociedade ainda as quisessem em seus lares.

## **O Banco do Sul de Minas**

O Banco do Sul de Minas foi fundado em 1º de julho de 1932, iniciando suas atividades com um capital de 500:100\$000. Sucedendo o Banco de Crédito Popular de Varginha, fundado aos 4 de janeiro de 1931 com capital bem mais humilde, 163:500\$000, o Banco do Sul de Minas teve iniciativa individual, organizado já sob a forma de sociedade anônima, alcançando duas agências (Santa Rita do Sapucahy e Campo Bello), e dois escritórios (Caxambú e Villa de Santa Catharina), além da sede na cidade de Varginha.

O Banco, porém, teve seu desenvolvimento refreado pela Lei de Usura, promulgada em 7 de abril de 1933 pelo decreto nº 22.626. Tal Lei proibia a prática de juros acima do dobro da taxa de juros legal ao ano, prevendo punições legais às instituições que cometessem “crimes contra a economia popular”. De acordo com o Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas, “tal lei representou, inegavelmente, para os bancos de capitais modestos, um terrível golpe, impedindo maior giro de dinheiro, a quebra e fechamento de numerosos bancos pequenos, de 1933 para cá [1937]” (RELATÓRIO DE FALÊNCIA, 1937, p. 9).

O Banco passou a contar então com rendimentos reduzidos pela Lei de Usura, que mal davam conta de remunerar os acionistas, constituir regularmente o fundo de reserva, garantir a manutenção e o bom funcionamento das agências e escritórios. Sem apresentar lucros, o Banco foi estendendo seu funcionamento ao longo dos anos, até abrir falência em 1937.

Em 1932, o Banco tinha apenas 16:000\$000 em fundo de reserva, com capital nem todo integralizado. Eis quando surge a oportunidade de adquirir ações do Banco Popular do Sul de Minas, em Santa Rita do Sapucahy. Embora tais ações tenham sido rejeitadas depois de análise pelo Banco Hypothecario, Commercio e Industria, e pelo Banco Santaritense, o Banco falido efetua a transação, julgando bons retornos de transações em andamento, depósitos, hipotecas próximas do vencimento, para serem amortizadas ou pagas. O Banco calculava um lucro entre 100 e 200 contos de réis, que daria para cobrir prejuízos e aumentar a reserva (Relatório de Falência, 1937).

Não se sabe se a administração do Banco esperava ganhos tão positivos mesmo com a Lei do Reajustamento Econômico, nº 23. 533, decretado no mesmo mês que fora realizada a operação de compra das ações, dezembro de 1933. O decreto, em favor dos agricultores, previa prorrogação dos prazos das hipotecas por dez anos e suspensão das anuidades até que a Câmara de Reajustamento julgasse os respectivos processos.

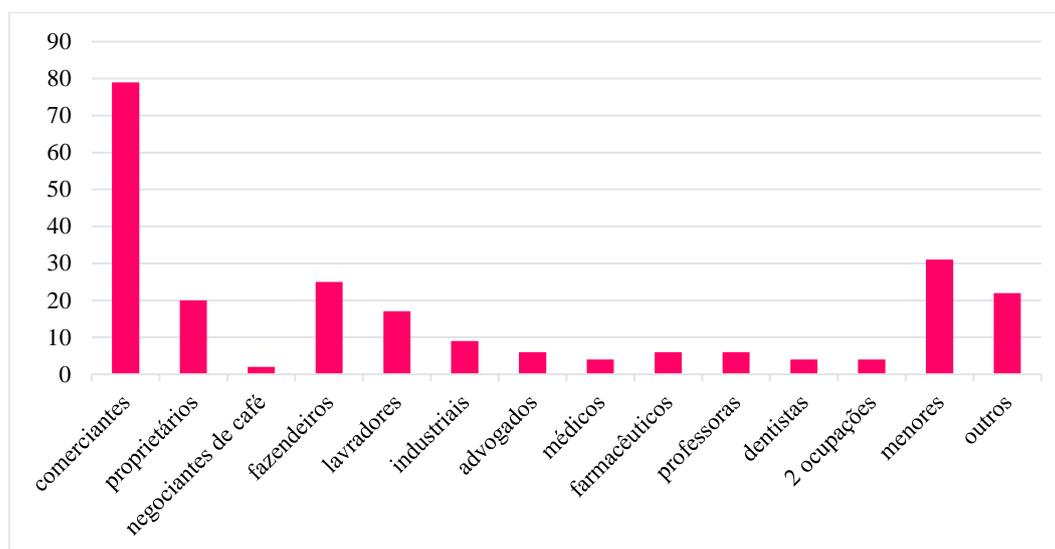
O fato é que a maioria das operações de créditos do Banco do Sul de Minas foram concedidas a lavradores, de maneira que ficou o Banco com as promissórias de devedores agricultores congeladas. Da mesma forma, ficou congelado o capital de 250 contos de réis invertido pelo Banco. A única vantagem foi o aumento dos depósitos, possibilitados pela abertura da agência de Santa Rita do Sapucahy, em sucessão ao antigo Banco Popular Sul de Minas. Em 1934, foi adquirido também pelo Banco do Sul de Minas o ativo do Banco de Caxambú.

De maneira geral, essas foram as causas da falência do Banco, que teve seu desenvolvimento inicial prejudicado pela Lei da Usura e estagnação consequente do reajustamento econômico, forçando a imobilização de seus recursos e lucros deficientes nas operações. E dessa forma o Banco continuou suas atividades, esforçando-se para equilibrar suas operações, até a data em que requereu sua liquidação.

### **As mulheres e as ações do Banco do Sul de Minas**

Embora o Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas destaque que o capital do banco teve início com 5.000 ações no valor de 100\$000 cada uma, perfazendo um total de 500:000\$000, a relação nominativa e original dos acionistas que subscreveram ações, feita pelo síndico da falência, lista 5.015 ações, com um total de 501:500\$000. O banco conformava então um total de 235 acionistas em 1932.

Gráfico 1 – Ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932



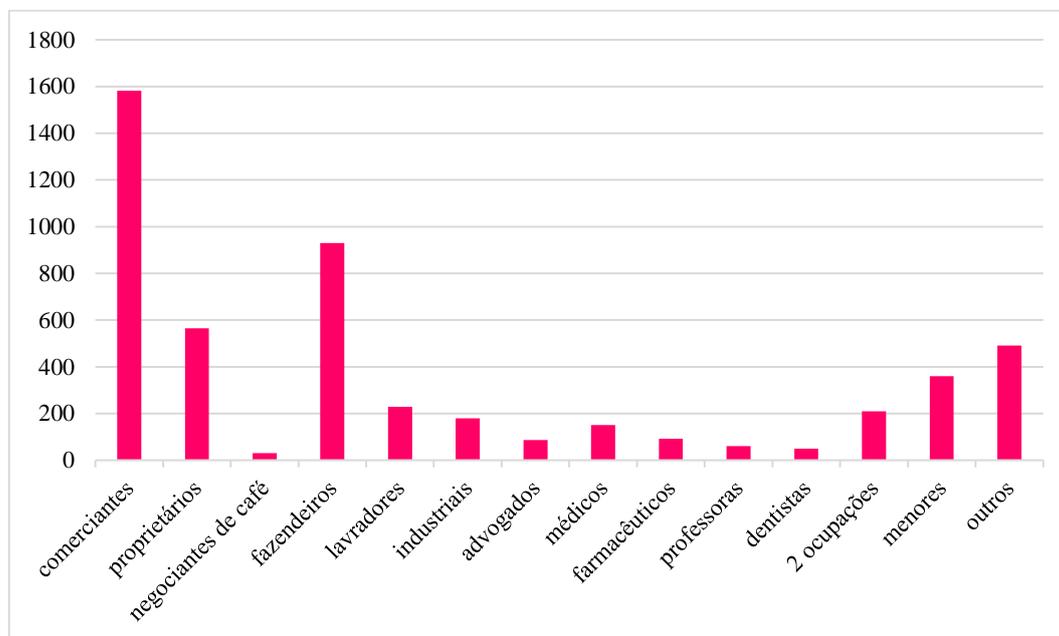
**Fonte:** Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Entre os “outros” estão ocupações como agricultor, tabelião, banqueiro, modista, hoteleiro, guarda-livros, engenheiro, boiadeiro, caixa e gerente da casa Pfaff, empregado público, funcionário bancário, estudante e sem ocupação. Entre os negociantes de café estão um comissário e um comprador de café. Assim, dada a diferenciação no Relatório, optamos por classificá-los como negociantes. Infelizmente, o Relatório de Falência não aclara o que considera como “Proprietários”, se de terras ou bens diversos, fato que dificulta nossa avaliação dessa ocupação específica dos acionistas.

De acordo com a descrição dos acionistas, a maior concentração deles, 33,6%, se ocupava com o comércio, detendo também a maior concentração das ações, isto é, mais de 31%. Os industriais representavam menos de 4% no número tanto de acionistas como no de ações, e os negociantes de café não chegavam a ser 1% dos acionistas, nem a conter 1% das ações. Por outro lado, 10,6% dos acionistas eram fazendeiros e importavam 18,25% das ações do banco<sup>1</sup>. Em terceira colocação em número de ocorrências estão os proprietários, com 11,26% das ações, sendo 8,52% dos acionistas. Os menores de idade, que estão em segundo lugar em quantidade de acionistas, detêm menos de 8% das ações.

<sup>1</sup> Os fazendeiros podiam cuidar de criação de animais ou agricultura com até mesmo plantio de café. Por mais que o Relatório de Falência não especifique a(s) atividade(s) deles, tendemos a crer que o café não era expressivo. Caso contrário, tais fazendeiros receberiam a nomenclatura de cafeicultores.

Gráfico 2 – Número de ações por ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932



Fonte: Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

A média do número de acionistas por ocupação é de 16,78; a moda, que corresponde ao número mais repetido entre os valores selecionados, é 6; e a mediana, que destaca o valor no meio da lista, é 7,5. Já a respeito do número de ações, a média é de 358,2 e a mediana 195, sendo na moda não houve repetições.

Tabela 1 – Ocupação dos acionistas do Banco do Sul de Minas de acordo com o número de ações, 1932

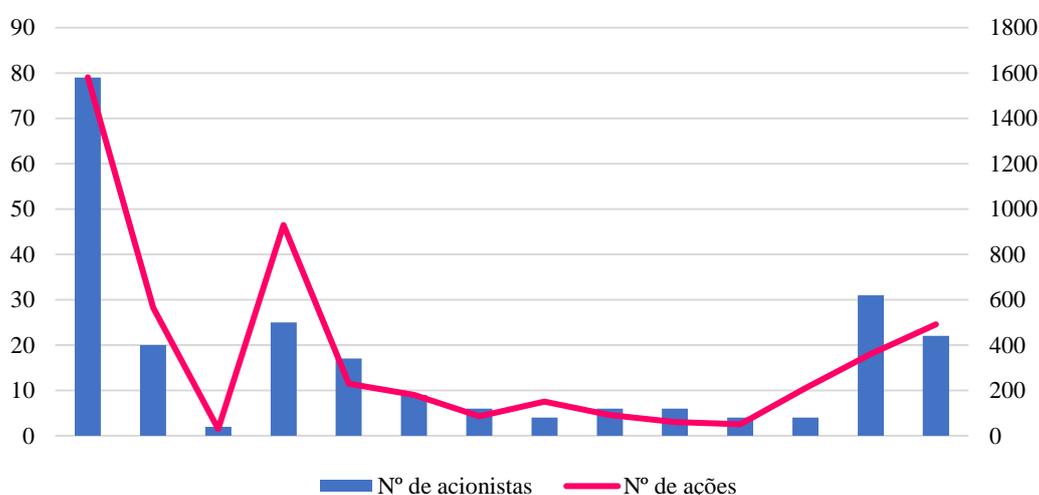
Ocupação	Nº de acionistas	Nº de ações
Comerciantes	79 33,62%	1581 31,53%
Proprietários	20 8,51%	565 11,27%
Comissários de café	2 0,85%	30 0,60%
Fazendeiros	25 10,64%	930 18,54%
Lavradores	17 7,23%	229 4,57%
Industriais	9 3,83%	180 3,59%
Advogados	6 2,55%	86 1,71%
Médicos	4 1,70%	151 3,01%
Farmacêuticos	6 2,55%	92 1,83%

## ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Professoras	6	2,55%	60	1,20%
Dentistas	4	1,70%	50	1,00%
2 ocupações	4	1,70%	210	4,19%
Menores	31	13,19%	360	7,18%
Outros	22	9,36%	491	9,79%
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>100,00%</b>	<b>5015</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Gráfico 3 – Relação de acionistas por número de ações do Banco do Sul de Minas, 1932



**Fonte:** Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

No Gráfico 3 é possível perceber que o número de ações tende a acompanhar proporcionalmente os acionistas por ocupação. Disparidades podem ser observadas nos “fazendeiros”, “médicos” e “duas ocupações”, cujas ações superam o equivalente em ocupação; e nos “menores”, nos quais a proporção de ações para os acionistas é bem menor.

Em relação às mulheres, a Tabela 2 demonstra que na década de 1930 elas já tinham alguma participação na vida financeira no Sul de Minas Gerais, mais precisamente no Banco do Sul de Minas. Com 28 acionistas, o que corresponde a 11,91% do total, as mulheres dominavam nada menos que 6,88% das ações. Dada a limitação dos dados, não sabemos dizer se tal índice traduz muita ou pouca participação feminina nesse período. Porém, de qualquer forma, chama a atenção o fato de que todas essas acionistas tinham uma ocupação, salvo as menores de idade e apenas uma cuja ocupação não foi descrita.

Assim, a maior participação feminina está entre os menores de idade, onde as mulheres somam quase 42% do total com quase 44% das ações. Esse elevado índice talvez possa ser fruto de partilha<sup>2</sup>, como parece ser o caso de Lucia e Luza, filhas de Antonio Amorim, cada uma com 2,5 ações<sup>3</sup>. Essas menores podem também ter recebido suas ações para dote, uma vez que, nesse período, as mulheres ainda eram educadas para casar. No limite, os motivos para as ações das menores podem ser diversos, mas o que nos interessa verificar é que essas mulheres correspondem quase ao mesmo número de menores acionistas masculinos, o que não ocorre em nenhuma outra categoria.

De fato, a participação das mulheres como acionistas do Banco do Sul de Minas, por mais que estivesse presente, ainda estava longe de se equiparar à dos homens. Havia no banco apenas 4 proprietárias, isto é, 20%, com pouco mais de 12% das ações dessa ocupação. A única comerciante não tem sequer seu nome na lista dos acionistas: consta simplesmente “Viúva de Miguel Lage”. Em “outros” estão duas estudantes, uma modista e uma sem ocupação declarada, que, juntas, somam menos de 20% da categoria e menos de 10% das ações da mesma.

Tabela 2 – Mulheres como acionistas do Banco do Sul de Minas, 1932

Ocupação	Mulheres	Nº de ações
comerciantes	1 1,27%	2 0,13%
proprietárias	4 20,00%	70 12,39%
professoras	6 100,00%	60 100,00%
menores	13 41,94%	158 43,89%
outras	4 18,18%	55 9,16%
<b>Total</b>	<b>28 11,91%</b>	<b>345 6,88%</b>

**Fonte:** Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Todavia, fato interessante é que 100% dos professores são mulheres. Em 1830, uma proposta de Ferreira França no Parlamento visava o magistério das escolas públicas

<sup>2</sup> Quando um dos cônjuges falece, procede a partilha dos bens, na qual o outro cônjuge fica com a metade e os filhos repartem a outra metade do montante.

<sup>3</sup> Esse pode ser o caso também dos filhos de Pedro Roquim: Aristoteles, Altamiro, Haroldo, Antenor, Alaor e Angelo, todos com 8,33 ações cada, o que parece provir de partilha de bens.

de primeiras letras com preferência para as mulheres. Isso porque o ensino de crianças era visto como uma extensão das funções maternas, o que causava, junto com a magra remuneração, um desprestígio do ensino das primeiras letras. Depois disso – e ainda hoje –, o magistério primário seria uma ocupação essencialmente feminina<sup>4</sup>. Contudo, as professoras acionistas do banco eram de fato do magistério primário? A remuneração delas permitiu a aquisição das ações? Não havia escolas secundárias<sup>5</sup> com professores masculinos que pudessem ser acionistas? Ou eles não quiseram? Infelizmente, não temos subsídios para responder a esses questionamentos. É curioso, porém, que cada uma das professoras acionistas tenha exatamente 10 ações, e que talvez pelo menos 4 delas sejam irmãs ou da mesma família (Alcina Oliveira, Anna Cândida de Oliveira, Annita Oliveira e Francisca Oliveira).

Os acionistas do Banco do Sul de Minas estavam divididos entre 11 cidades, das quais nem todas faziam parte da região Sul de Minas Gerais. De fato, um dos acionistas era oriundo da capital mineira, Belo Horizonte, e dois da capital fluminense, Rio de Janeiro, conforme a Tabela 3. De qualquer modo, embora o banco estivesse presente em Santa Rita do Sapucaí, Campo Belo, Caxambu e Vila de Santa Catarina, além da sede em Varginha, apenas esta última apresentava acionistas<sup>6</sup>.

Tabela 3 – Número de acionistas por cidade, 1932

Cidade	Nº de acionistas	Nº de ações
Varginha	195	4093
Três Pontas	17	370
Três Corações	1	50
Eloy Mendes	13	190
Alfenas	1	50
Paraguassú	1	2
Fama	2	110

<sup>4</sup> Por muito tempo, a profissão feminina de professora foi a única plenamente aceita pela sociedade. Cf. SAFFIOTI, Heleieth. *Op.cit.* 1976.

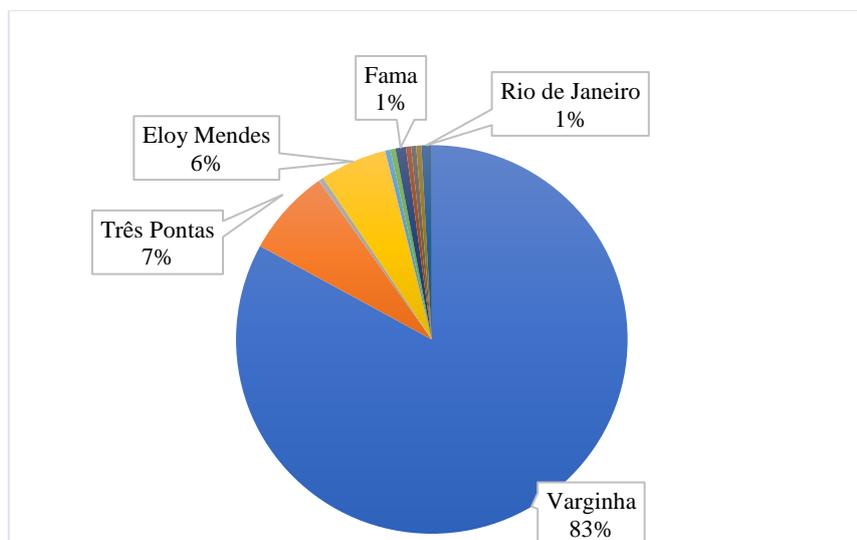
<sup>5</sup> Todas as professoras eram de Varginha, onde ficava a sede do Banco do Sul de Minas.

<sup>6</sup> Vale lembrar que a obtenção de agências e escritórios nessas cidades ocorreu depois da constituição do banco, ou seja, da composição dos acionistas, em 1932.

Muzambinho	1	20
Campanha	1	50
Belo Horizonte	1	10
Rio de Janeiro	2	70
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>5015</b>

Fonte: Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Gráfico 4 – Número de acionistas por cidade



Fonte: Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Assim, nada menos que 83% dos acionistas do banco eram de Varginha, seguida de longe pelas outras cidades sul-mineiras, as quais figuram Três Pontas com 7% e Eloy Mendes com 6%. Tal fato demonstra que, se na transição do século XIX para o XX o capital mineiro afluía para o Rio de Janeiro e de lá era oriunda a maior parte dos empréstimos bancários e financiamento de casas comissárias, na década de 1930, pelo menos no nosso estudo de caso, a quase totalidade dos capitais eram de origem local e regional. As cidades que não aparecem no Gráfico 4 possuem menos que 1% de acionistas em relação ao total.

Tabela 4 – Número mulheres de acionistas por cidade, 1932

Cidade	Nº de acionistas	Nº de ações
Varginha	27	335
Três Pontas	1	10

<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>345</b>
--------------	-----------	------------

**Fonte:** Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Por outro lado, a quase totalidade da participação feminina na composição das ações do Banco do Sul de Minas, 96,4%, advém de Varginha, sede do banco. Mais uma vez podemos levantar uma série de questões: qual a característica dessa cidade que permite uma maior participação de mulheres no mundo financeiro? A participação feminina nessa cidade é uma especificidade do banco ou em outros setores da economia elas também estão presentes? E nessas outras cidades? Mais uma vez não é possível responder a tais perguntas nesse artigo.

### **As mulheres e as contas correntes do Banco do Sul de Minas**

No Auto de Falência do Banco do Sul de Minas, em 1937, consta uma série de operações e contabilidades do banco, apresentadas para o pedido falimentar. Nesse documento, está incluso um balancete de 30 de setembro do mesmo ano, trazendo a lista das “Contas Correntes de Aviso”<sup>7</sup> do banco. Uma análise dessas contas revela uma participação feminina maior em relação às ações do mesmo banco, em que pese os anos de diferença: quase 20% do total dos correntistas, em setembro de 1937, eram mulheres.

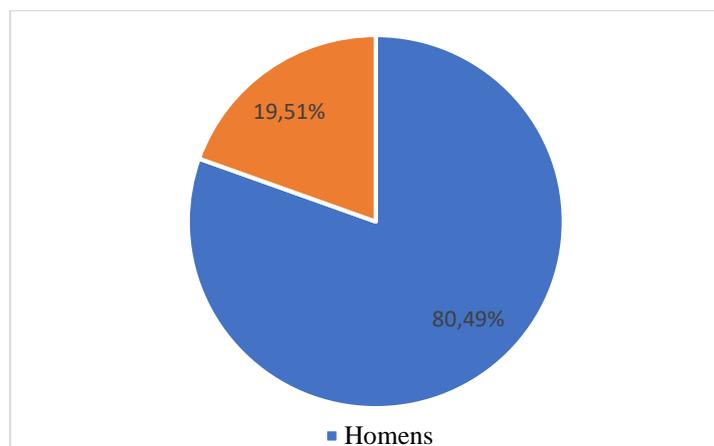
No total, excluindo as contas jurídicas para efeito de comparação, havia 287 correntistas, que somavam 461:480\$470. Desse montante, as mulheres detinham em suas contas 13,72%. Numa avaliação por faixa de valor, em todas as faixas prevaleciam a ocorrência de homens em relação às mulheres.

#### **Gráfico 5 – Correntistas do Banco do Sul de Minas, 1937**

---

<sup>7</sup> No banco havia vários tipos de contas correntes: de movimento, de aviso, diversas, à disposição, garantidas e populares. Ainda não foi possível diferenciá-las. Porém, o Auto de Falência traz a descrição das “Contas Correntes de Aviso”, de forma que quando nos referimos a contas correntes nesse texto estamos nos referindo então a esse tipo específico de conta.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**



**Fonte:** Auto de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Os depósitos de até 50\$000 correspondiam a 18,12% do total em ocorrências, ao passo que a apenas 0,21% da soma dos depósitos. Desse total, 17,31% eram mulheres, somando 12,28% dos depósitos dessa faixa. O intervalo de 50\$001 a 1:000\$000 reunia a maior concentração dos correntistas tanto masculinos quanto femininos, que juntos representavam 42,86% do total de depósitos em contas correntes do banco, mas não a maior soma dos valores, que importavam em apenas 9,15% do montante. As mulheres dessa faixa eram 23,68% dos acionistas e somavam 22,59% desses depósitos. Dos correntistas com depósitos de 1:000\$001 a 5:000\$000, 20% eram mulheres, com um montante equivalente a 19,37% desse total. A maior concentração dos depósitos estava encerrada nas contas com mais de 5:000\$000. Nessa faixa, os depósitos femininos montavam a apenas 0,97% do total<sup>8</sup>.

Tabela 5 – Correntistas do Banco do Sul de Minas consoante depósito bancário, 1937

	Homens		Mulheres		Total	
	Soma	Ocorrências	Soma	Ocorrências	Soma	Ocorrências
Até 50\$	834\$400	43	116\$800	9	951\$200	52
50\$ a 1:000\$	32:684\$200	94	9:537\$500	29	42:221\$700	123
1:000\$ a 5:000\$	108:678\$550	48	26:104\$520	12	134:783\$070	60
Mais de 5:000\$	255:984\$300	31	27:540\$200	3	283:524\$500	34
Devedores	152:788\$000	15	1\$400	3	152:789\$400	18
<b>Total*</b>	<b>398:181\$450</b>	<b>231</b>	<b>63:299\$020</b>	<b>56</b>	<b>461:480\$470</b>	<b>287</b>

<sup>8</sup> Das 3 correntistas com mais de 5:000\$000, Francisca de Paula Sacchi possuía 8:798\$300; Maria Rosenburg, 8:681\$500; e Julia de Siqueira Adami, 10:060\$400. O maior depósito de correntista masculino era o de Francisco Alves da Silva, no valor de 14:467\$800.

**Fonte:** Auto de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

\* Sem considerar a soma dos devedores.

Entre os correntistas masculinos, conforme os Gráficos 6 e 7, 13,42% deles detinham quase dois terços do montante depositado pelos homens. Em contrapartida, 40,69% dos correntistas detinham 8,21% da soma e 18,61% possuía nada mais que 0,21% dos depósitos<sup>9</sup>. De forma um pouco mais equivalente, 27,29% do montante pertence a 20,78% dos correntistas do banco.

Gráfico 6 – Homens correntistas do Banco do Sul de Minas consoante soma dos depósitos bancários, 1937

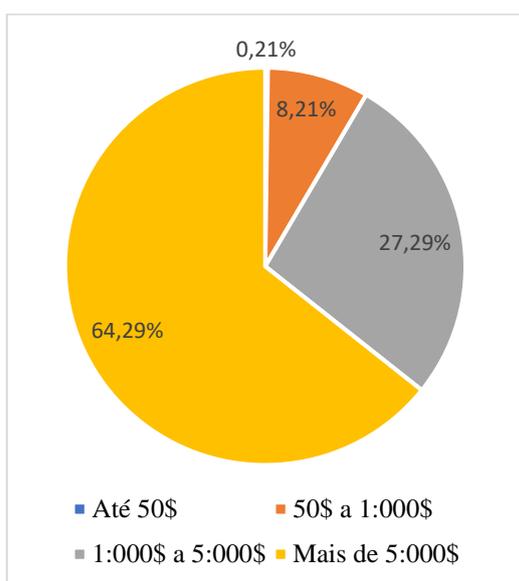
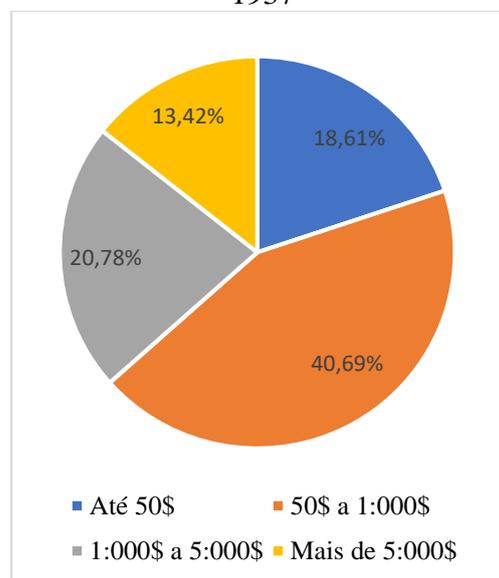


Gráfico 7 – Homens correntistas do Banco do Sul de Minas consoante ocorrências dos depósitos bancários, 1937



**Fonte:** Auto de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Já em relação às mulheres correntistas do banco, segundo os Gráficos 8 e 9, as somas das faixas mais altas (1:000\$001 a 5:000\$000 e mais de 5:000\$000) são mais próximas que as entre os homens: 41,24% e 43,51%, respectivamente, ainda que o maior montante estivesse concentrado nas contas com os depósitos com mais de 5:000\$000. Porém, o número de correntistas entre essas duas faixas é mais díspar que entre as contas masculinas: 21,43% e 5,36%, respectivamente. Mais da metade das depositantes, 51,79%,

<sup>9</sup> Os menores valores depositados foram o de Paulino Mariosa Sobrinho, com \$200; e o de Fausto Vasconcellos, também com \$200.

encerravam menos que um quinto do montante feminino, 15,07%. Da mesma forma, 16,07% das mulheres detinham somente 0,18% do total feminino dos depósitos.

Gráfico 8 – Mulheres correntistas do Banco do Sul de Minas consoante soma dos depósitos bancários, 1937

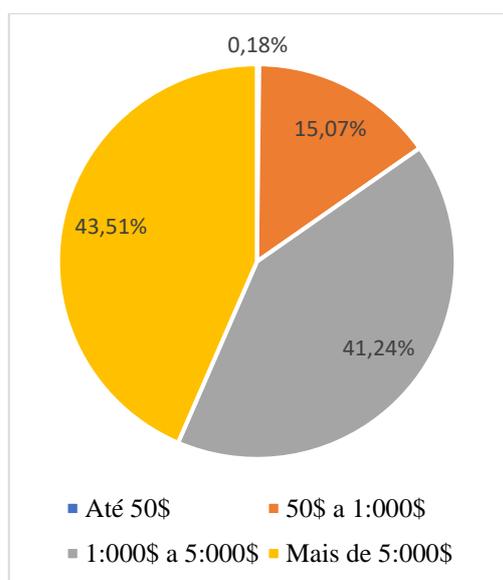
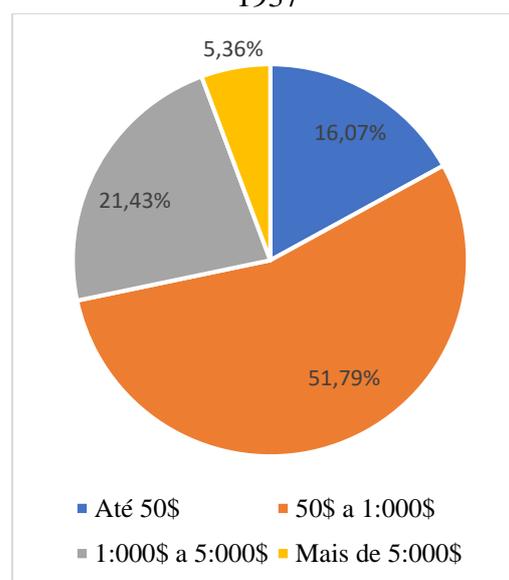


Gráfico 9 – Mulheres correntistas do Banco do Sul de Minas consoante ocorrências dos depósitos bancários, 1937



**Fonte:** Auto de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Mais uma vez, lamentamos a limitação dos dados utilizados nessa pesquisa, por não trazerem uma descrição mais completa dos correntistas como o faz a lista dos acionistas. Dessa maneira, não foi possível avançar para uma análise mais profunda do perfil dessas mulheres correntistas do Banco do Sul de Minas e tentar com isso visualizar as possíveis motivações para abertura das contas<sup>10</sup>. Ainda assim, consideramos de suma

<sup>10</sup> Conhecemos apenas Flausina Salles, que possuía 159\$000 no banco. Flausina foi inventariante de seu marido, Jorge Salles Nahar, em 1928. Quando da partilha, a correntista teve direito à meação no valor de 15:500\$000, sendo o pagamento feito com “uma casa de morada, situada nesta cidade [de Varginha], à rua Santa Cruz, nº 612, coberta de telhas, toda construída de tijolos, com seis cômodos, cinco assoalhados e forrados e um cimentado, com armação para negócio, composta de prateleiras e balcão, com três portas na frente, três janelas e uma porta de um lado, duas de outro lado, uma janela grande, com instalação em terra ligada à rede de esgoto, e de respectivo terreno com área de 250 metros quadrados...” (10:500\$000). Mais uma “parte na casa de morada, situada nesta cidade, à rua Santa Cruz, nº 602, coberta de telhas, toda construída com tijolos, com sete cômodos, seis assoalhados e forrados e um cimentado, com três janelas na frente, duas janelas e uma porta de um lado, duas janelas e uma porta de outro lado, com instalação completa e seu respectivo terreiro com a área de 228 metros quadrados...” (5:0000\$000). Inventário *post-mortem* de Jorge Salles Nahar, disponível, na época da coleta, no Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1928.

importância a avaliação dos depósitos dessas correntistas para demonstrar que na década de 1930 elas já possuíam uma participação no setor financeiro.

Gráfico 10 – Correntistas do Banco do Sul de Minas consoante soma dos débitos bancários, 1937

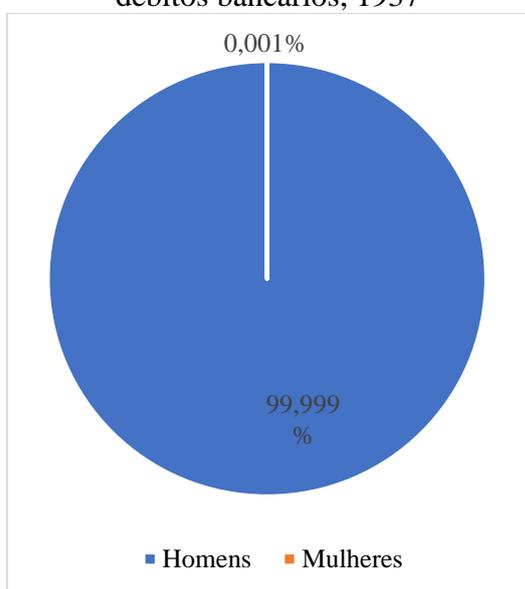
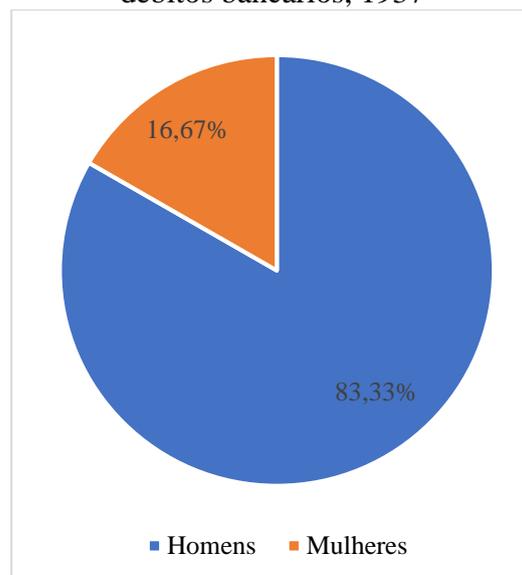


Gráfico 11 – Correntistas do Banco do Sul de Minas consoante ocorrências dos débitos bancários, 1937



**Fonte:** Auto de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Contudo, tal participação não transbordava, parece, para uma atuação maior em relação às operações possíveis no Banco do Sul de Minas. Uma análise das contas correntes negativas revela, a partir dos Gráficos 10 e 11, que as mulheres representavam menos de um quinto dos correntistas em débito com o banco. Porém, a soma de seus débitos não passava de ridículos 0,001% do total<sup>11</sup>. Se consideramos as contas negativas como oportunidades de investimentos, financiamento ou mesmo crédito em quaisquer

<sup>11</sup> O menor valor devido por correntistas homens era \$700 (Domicio Raymundo e Espirito Redemptor), e os maiores eram 53:833\$700 (Domingos Ribeiro de Rezende) e 77:663\$900 (Rozendo Augusto Nogueira). Diferentemente dos homens, o menor valor devido entre as mulheres era \$100 (Maria Jesuina Pinto Nunes), 7 vezes menor que o débito masculino; e o maior, \$900 (Cleia Nair Ribeiro de Rezende Paiva), nada menos que 59.815,22 vezes menor que o maior débito masculino.

setores e atividades da economia, as mulheres correntistas do banco nesse período estavam praticamente excluídas desse processo.

### **Considerações finais**

Esse artigo demonstrou, por meio da análise das ações e contas correntes do falido Banco do Sul de Minas, que, pelo menos desde 1932, as mulheres já tinham participação no sistema financeiro do Sul de Minas Gerais com ações e depósitos em conta. Elas eram quase 12% dos acionistas, mas concentravam menos que 7% do número de ações; da mesma forma, elas conformavam 19,51% dos correntistas, porém detinham 13,72% do total dos depósitos do banco.

Por mais que a participação feminina tenha sido bem menor que a dos homens, interessa saber que, para além das restrições ao âmbito doméstico a que eram submetidas, as mulheres começavam a ter uma vida financeira própria, independente ou menos que dependente de seus pais ou maridos, mas em seu próprio nome.

A década de 1930 marca importantes vitórias femininas como o acesso o direito à educação e ao voto, o que talvez possa ter influenciado na participação das mulheres no que diz respeito ao Banco do Sul de Minas. No entanto, são necessárias mais pesquisas sobre as mulheres e as finanças nesse período, sobretudo nos casos mais particulares, como os regionais, para que seja possível compreender o papel delas bem como sua atuação no sistema financeiro brasileiro.

### **Fontes manuscritas**

Auto de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

Relatório de Falência do Banco do Sul de Minas. Arquivo do Fórum Municipal de Varginha, 1937.

### **Referências**

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm) >. Acesso em: nov. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas Históricas do Brasil*, 1990.

MARCONDES, Renato Leite. *O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)*. RBE. Rio de Janeiro 56(1):147-170 jan/mar, 2002.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1984.